



O PAPEL POLÍTICO DO INTELLECTUAL NO ESTADO NOVO 1941 – 1943

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3521

Marcos Vinicius Belini, UEM

Resumo

Com a chegada de Getúlio Vargas à presidência e a formação do chamado Estado Novo, um novo setor da sociedade passa a entrar em cena no cenário político brasileiro. Os intelectuais, compostos aqui por letrados, romancistas, e escritores, serão esta nova classe. Em 1939 surge o órgão DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), criado por decreto de Vargas, que teve como objetivo centralizar e coordenar a propaganda nacional interna e externa. Além do DIP, o governo se utiliza de diversos artifícios para manter-se no poder e justifica-lo, sendo um deles a criação da revista Cultura Política que iniciou seus trabalhos em 1941 até 1945. Composta por intelectuais de forte influência, a revista será um dos fortes instrumentos utilizados pelo governo para formação de uma ideologia estado-novista que consiste em trazer uma nova imagem de governo e mascarar os verdadeiros fatos existentes do período. Será de suma importância à investigação das relações de poder entre intelectuais e Estado a partir desta revista, realizando o mapeamento de discursos e escritos utilizados pelos escritores, além da compreensão das múltiplas representações acerca do Estado Novo difundidas pelos intelectuais. O poder que antes estava destinado unicamente para o Estado, agora passa a migrar para outros setores da sociedade, criando assim um elo entre governo e intelectuais que cria novos mecanismos de controle da sociedade, realizando a influência na opinião pública e a formação de novas ideias do governo atuante. Trata-se de uma breve análise de início da criação da revista até as primeiras aparições de decaída em 1943 do governo Vargas.

Palavras Chave:

Intelectuais; Política;
Getúlio Vargas;
Ideologia.

As constantes pesquisas e estudos sobre o Estado Novo têm alcançado grandes resultados satisfatórios para o meio acadêmico. Segundo alguns historiadores como Boris Fausto o Estado Novo pode ser considerado um período de ruptura política e de uma nova forma de governo diferentemente do que o Brasil já havia tendo após a proclamação da República em 1889. Ruptura está que está intimamente ligada a forma política em que o Brasil vivia, à política dos governadores. Como os livros de História contam, a revolução de 1930 veio através de um grupo organizado que tomou como nome Aliança Liberal, cujo um de seus fundadores foi Getúlio Vargas, governante do Estado Novo. Um de seus principais pontos de luta era contra a política de café com leite, onde o posto de presidente da República era dividido entre governadores de São Paulo e Minas Gerais. Com Getúlio Vargas no poder, surge então outro problema a ser resolvido, o governo passa a assumir feições autoritárias, com um Estado centralizador e atuante na opinião do povo e será neste momento que a revista *Cultura Política* entrará em cena como fator político importante.

A revista *Cultura Política* é pertencente à DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão criado pelo governo para melhor controlar os meios de comunicação e moldar a visão da sociedade e do governo brasileiro daquele período, servindo principalmente como meio de aproximação entre o Estado Novo e o intelectual. *Cultura Política* circulou de março de 1941 até outubro de 1945. Era uma publicação bem divulgada, vendida nas bancas de jornal do Rio de Janeiro e São Paulo. A revista configura-se em uma revista de estudos brasileiros, cuja proposta é definir e esclarecer o rumo das transformações sociais e políticas do país. A realidade do governo nos mais diversos setores, política, economia, técnica, arte, letras, ciências – são registradas.

O período no qual a pesquisa se

limitará será de 1941 a 1943, período este que está voltada para análise da revista *Cultura Política*, criada em 1941. Não somente por isso, mas a análise do período está também voltado pelo fato de que a partir de 1942 o ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, começou a utilizar sistematicamente o rádio como instrumento de aproximação entre governo e os trabalhadores e com este elemento tentava-se construir a figura simbólica de Vargas como dirigente e guia dos brasileiros. Sendo assim, inserido no contexto será possível observar que foi no início da década de 1940 que Vargas passou a investir fortemente nestes mecanismos de legitimidade do governo, como na própria criação da DIP em 1939. Portanto a análise da revista *Cultura Política* e de seu período, está ancorado na turbulência política ocorrida neste espaço de tempo. O limite do período de 1943 está estritamente voltado ao começo de um declínio do governo com a formação e força de movimentos desfavoráveis ao governo Vargas. Como o de 24 de outubro de 1943 o Manifesto dos Mineiros que tinham como manifesto a não pretensão de voltar às práticas políticas existentes na Primeira República, assinalando que a Revolução de 30 fora desviado de seus objetivos democráticos. Outro grupo social insurgente ao governo, em 1943, foram os estudantes universitários que se mobilizaram contra a ditadura e organizaram a União Nacional dos Estudantes (UNE). Desta forma será a partir daí que o governo passará a ter maiores preocupações com estes grupos sociais.

O intelectual como agente político neste período é a grande questão deste estudo e se torna necessário apresentar estudos realizados deste novo setor atuante da sociedade. Após 1889 com a Independência do Brasil, os escritores e romancistas foram um setor da sociedade afastada e independente do Estado. Segundo Monica Pimenta Velloso, houve uma denominação para este ocorrido que seria a, “torre de

marfim”, denominação está que veio de Machado de Assis. Está metáfora constituía exatamente neste ideal de que os intelectuais e o Estado não tinham uma relação homogênea, tendo cada um suas características e funções específicas. Como exemplo podemos ver no trecho abaixo onde Velloso apresenta as funções ou mesmo a posição na sociedade de cada setor:

“Machado de Assis se refere à Academia como uma “torre de marfim”, onde os intelectuais se refugiaram no mundo das ideias, tendo como único objetivo a preocupação literária. Do alto de sua torre, eles contemplariam o mundo, refletiriam sobre ele, sem, no entanto, terem um envolvimento direto com as lutas sócias.” (VELLOSO, 2015, p. 151).

Os intelectuais, escritores e literatos romancistas, traziam uma abordagem da sociedade longe das realidades políticas existentes, tendo somente como forma romanceada. O Estado por sua vez, ditava os modos de vida na sociedade e isolava o setor intelectual, pertencendo, portanto, fora dos projetos políticos do Estado.

Tendo em vista este contexto antes da chegada de Vargas, passaremos para análise do papel atuante do intelectual no Estado Novo utilizando da revista Cultura Política como meio desta atuação. Lembrando que o Estado Novo toma agora o setor intelectual como principal aliado à sua propagação de governo, sendo o grande responsável pela disseminação da nova ideologia estado-novista. Os intelectuais tinham um papel importante na estruturação da "nova ordem". Formadores da opinião pública, a eles cabia a função de unir governo e povo, traduzindo a voz da sociedade. A revista contava com a colaboração da nata da intelectualidade brasileira, abrangendo as mais diversas correntes de pensamento. A justificativa do intelectual de fazer agora parte integrante e estreita com o Estado estava relacionada pela boa remuneração

em que recebia com publicações no qual fazia para a revista e pela sua força e poder adquirido através do saber. Foram os ideais nacionalistas - aqueles que reforçam a autoridade do Estado e do chefe como construtores da nacionalidade - os que mais empolgaram nossos intelectuais, principalmente os que buscavam novas soluções para o que consideravam uma crise insuperável da liberal-democracia. Assim, o intelectual responde à chamada do regime: a de ser o representante da consciência nacional que segunda Velloso, a torre de marfim passa para a arena política e o intelectual agora engajado nos domínios do Estado, deve ser o porta voz às mudanças ocorridas no plano político.

Dentro deste mapeamento do intelectual na sociedade, o objetivo aqui será observar e analisar os discursos dos intelectuais pertencentes à revista que serviram para comprovar e mesclar a forma de governo autoritária que Vargas estava conduzindo o Brasil e na formação da ideologia estado-novista. Trazia como tampão para as repressões realizadas a alguns setores da sociedade, como nos sindicatos, partidos e opositores do governo. Muito além de ter como função para o governo a formação de uma ideologia estado-novista (VELLOSO, 1982), o intelectual se coloca também como o formador da opinião pública e pacificador de um governo autoritário usando meios para legitimar um governo que passou longe de ser democrático.

Em torno deste debate devemos antes mesmo de uma abordagem mais profunda sobre os discursos, apresentar como agia este setor intelectual juntamente com o Estado que após 1934 já se tinha como um dos futuros projetos a criação de um órgão que melhor controlasse os meios de comunicação desde a educação até as opiniões públicas. Com a criação da DIP órgão que passou a assumir o objetivo de controlar, centralizar, orientar e coordenar a propaganda oficial que segunda Ângela de Castro Gomes complementa:

“No caso do DIP, seu objetivo tinha como que duas faces opostas e complementares. Tratava-se de difundir amplamente a imagem do novo regime que se instalara em novembro de 1937 e de combater a veiculação de todas as mensagens que lhe fossem contrárias. Para tanto, o órgão deveria ser um grande mecanismo de promoção da figura do chefe de Estado, das autoridades que o cercavam e das iniciativas políticas então implementadas, produzindo e divulgando o noticiário oficial e supervisionando todos os instrumentos de comunicação de massa.” (GOMES, 1999, p. 126).

Foi no DIP que os intelectuais encontraram solo para seus trabalhos e foi através deste órgão que se criou a revista *Cultura Política*, que tinha como organizador Almir de Andrade, intelectual que contribuiu para discursos e escritos sobre o atual governo. A revista como já mencionada é composta de diversos artigos que retratam de vários assuntos pertinentes ao Estado Novo, seja ele político, econômico, social e cultural, sendo assim os artigos aqui selecionados será em sua maioria de cunho político, linha de pesquisa escolhida para estudo.

Dos Discursos Políticos

Será Velloso a grande defensora de que os intelectuais assumindo está nova posição na sociedade varguista e sendo fortemente investidos pelo Estado, criadores e disseminadores da nova ideologia estado-novista, formadora de opiniões e de uma nova imagem de governo, servindo de tampão para o regime centralista que havia se instalado no período. O aparato ideológico do Estado Novo produz um discurso que enfatiza sobretudo o caráter não arbitrário do Estado, repudiando incessantemente a utilização dos métodos de força e violência. Getúlio Vargas aparece como o interprete da consciência coletiva, captando as grandes reformas sociais

presentes, no subconsciente das massas. (VELLOSO, 1982). Em outra análise que Velloso traz, faz menção em específico à revista *Cultura Política* e a revista *Ciência Política* periódicos estes financiados pelo Estado. Segundo a autora, havia distinções entre ambas e para cada uma delas um tipo de intelectual atuante que traz uma divisão do trabalho intelectual no interior do projeto ideológico do Estado Novo demonstrando o quanto este projeto foi eficaz, coerente e coeso. Podemos dizer que esta dimensão atinge duas dimensões: a primeira (*Cultura Política*) se opera entre os produtores do discurso – os grandes intelectuais – e os seus divulgadores – os intelectuais médios; a segunda (*Ciência Política*) diz respeito à divisão ou diversificação no próprio campo de produção, onde os intelectuais priorizam aspectos distintos para explicar a nova ordem. (VELLOSO, 1982).

Entre outros autores de grande importância para o debate, Ângela Castro Gomes será de muito favorecimento, já que é estudiosa do período e traz um diálogo com Mônica Pimenta Velloso sobre o período varguista. Castro trará análises pertinentes ao tema no livro *Estado Novo Ideologia e Poder* que trabalha sobre a ideologia estado-novista e sobre o poder da imprensa no Estado Novo em particular o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que segundo a autora, está poderosa agência, supervisiona os mais variados instrumentos de comunicação de massa, além de encarregar-se da produção e da divulgação do noticiário oficial.

Fundado nos debates feito sobre o surgimento do DIP e conseqüentemente da revista *Cultura Política*, podemos analisar no trecho abaixo como o discurso sobre o governo centralizador de Vargas imposto sobre o Brasil após sua chegada, passou a ser facilmente justificado como algo necessário e bom para a sociedade brasileira, objetivando como um passo à frente para uma formação de Nação, como é explícito em seu artigo:

“Como pensar no Brasil, com gente cuja educação, cuja mentalidade e cuja o coração, girava em torno de seus interesses estaduais, concêntricos, egoístas, ante brasileiros. Não quero continuar nas interrogações, mas essas indicam que paira sobre nós uma necessidade fatal: a criação de um governo central forte, capaz de representar a Nação e não ser apenas o representante de um arranjo político entre partidos regionais. E assim a Democracia evolui entre nós porque acabou nociva a própria pátria.” (VERISSIMO, 1941, p. 44).

A crítica ao modelo liberal e ao excessivo poder estadual já estava profundo na vida brasileira. O debate sobre o federalismo e do presidencialismo tomou conta da elite. Verissimo,¹ Tenente-Coronel do Estado Maior da 4ª Região Militar, traça, seu objetivo ao justificar o governo centralizador de Vargas e sua necessidade de ter um governo forte com grande poder concentrado em suas mãos. O argumento utilizado está fundamentado na tentativa de utilizar o passado brasileiro, ou mesmo o modo político anterior em que o Brasil viveu, seja desde a República até na política dos governadores, que se faz claro em seu discurso:

“Mas se o primeiro errou pela sua exagerada centralização, a segunda não praticou erro menor com a fragmentação que criou. Fez mais ainda: levou a cada província, transformada em Estado, os mesmos direitos, as mesmas credenciais, as mesmas regalias.” (VERISSIMO, 1941, p. 40).

Como bem temos estudado, o governo de Vargas foi um governo ditatorial, com repressões políticas e culturais, por meio de controles

de opiniões. Mesmo tendo linhas historiográficas que contestam sobre isso, não podemos tapar os olhos sobre esta forte centralização do governo que se utilizou de discursos daqueles que detém o saber para justificar o poder (FOUCAULT, 1979, p. 71). Claro que devemos observar o contexto atual europeu ocidental em que o governo de Vargas vivia, tendo de um lado o fascismo, com traços de uma política fortemente centralizadora e controladora dos meios de comunicações e o nazismo, política-ideológica está influenciada pelo fascismo e com um grande aparato controlador cultural, tendo como Ministro da Propaganda, Goebbels grande aliado do Führer, que organizou diversas produções com exaltações e apologia ao novo governo alemão, justificando seu poder para o mundo (LENHARO, 1986, p. 52).

A partir disto, não podemos cair na confusão em trazer estas semelhanças como sinônimos de Estado Novo igual à governo fascista. Algumas interpretações da política brasileira deste período o denominam assim, que segundo Ângela de Castro Gomes seria um erro, já que o governo Vargas possa ter assumido influências destes países, porém não o tornando como eles. Hosbsbawm em seu livro *A Era dos Extremos* traz em um de seus capítulos uma análise pertinente sobre a queda do liberalismo argumentando que após a década de 1930 o Ocidente passou por um período em que o liberalismo caiu em descrédito sobre os países, principalmente naqueles mais afetados pela crise de 1929. Este descrédito trouxe com força governos de tipos autoritários e centralizadores como forma de “substituir” a forma atual que estava sendo governada, já que o liberalismo havia decaído e o socialismo não era o modelo no qual grande parte da Europa estava disposto a seguir, levando

através das épocas imperial e republicana, mostrando como a centralização do governo, nas mãos de um Estado nacional forte, impõe-se entre nós em virtude causas históricas, sociais e políticas iniludíveis.” (ANDRADE, 1941, p. 33).

¹ “Figura de Relevo no exército brasileiro, historiador e escritor – o autor esboça, neste artigo, com a autoridade com que lhe é peculiar, os grandes traços da organização política nacional,

em conta suas relações capitalistas com outros países. Sendo assim, no Brasil não foi diferente e tivemos também a grande crítica ao governo liberal que se tinha antes da independência e logo também obtiveram fortes influências de governos autoritários e fascistas que surgiram na Europa.

Não somente na política o Brasil aderiu traços de governos autoritários, mas dos meios que os justificavam-no poder e o legitimavam. A metodologia em olhar para o passado e tomar o presente como uma tentativa de concerto do que passou, não é algo novo abordado pelos escritores da revista *Cultura Política*, sendo notável observar nos meios de comunicações fascistas, sendo ele italiano ou alemão. Leo Machado² subdiretor administrativo do Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo, traz exatamente esta perspectiva de análise da sociedade brasileiro e da política de Vargas e apresenta que a Revolução de 1930 foi somente um começo para uma nova era, que ainda contribuirá para grande mudança no setor político, social e econômico brasileiro, justificando também seu tipo de governo centralizador e forte sobre a população e o taxando como necessário para a conjuntura política atual do país:

“Estamos em fase de uma grande revolução que começou em 1930, interrompeu-se de 1934 a 1937 e retomou e acelerou o seu ritmo em 10 de Novembro de 1937. Está procurando levar o Brasil para os rumos ansiosamente buscados durante toda sua existência republicana – os rumos da boa e sã administração; da defesa nacional; da sociedade de propósitos; da quietação produtiva e pacificação social; Somente agora estes velhos problemas poderão ser resolvidos.”

² “Cientista, escritor e jornalista, colaborador de vários jornais e revistas de São Paulo; o nome que subscreve este artigo procura mostrar que todo fato social, sendo um processo em desenvolvimento, a Revolução de 1930 no Brasil

(MACHADO, 1941, p. 101).

Não obstante, a apologia ao novo presidente é nítida, mostrando o autor que com a nova administração política do país o Brasil tende a ser tornar ainda melhor, em termos sociais, econômicos e políticos. Velloso engrossa ainda mais seu debate e afirma que para o atual Estado Novo, foi elaborado um projeto político-ideológico extremamente bem articulado, que soube capitalizar os acontecimentos, reforçar situações e, sobretudo, convencer da preeminência de uma nova ordem, centrada no fortalecimento do Estado. (VELLOSO, 1982).

Os resultados alcançados pela pesquisa estão estritamente ligados ainda com nosso presente, a relação de poder entre um setor da sociedade e outro ainda estão em grande vigor. Seja ela intelectual, jornalística, donos de capital, entre outros, esta relação política ainda se torna presente em nosso país já que principalmente a mídia ainda alcança um grande público. Isso por sua vez não significa que ela não traga informações palpáveis, mas não podemos deixar de observar que sua força política ainda é presente em nosso meio. Alguns setores da mídia, por exemplo, deixam escancarada sua posição política e traz fortemente sua crítica à oposição passando por diversas barreiras para trazer a informação moldada à sua posição. Portanto a motivação em pesquisar este setor da sociedade em específico juntamente com a mídia, foi que mesmo depois de muitos anos, os relacionamentos de poder ainda permanecem de certa forma, da mesma maneira e agora mais do que nunca, não só pelos jornais, revistas e rádio como era um dos meios mais difundidos do período, temos agora juntamente com estes, a

ainda não terminou: sua marcha prossegue no sentido de levar a cabo a realização dos ideais que a inspiraram e dos princípios que norteiam o novo regime político brasileiro.” (ANDRADE, 1941, p. 94).

internet, que traz uma informação ainda mais instantânea ao público e com grande poder de sedução e manipulação.

Referências

- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François (org.) **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Os intelectuais e o poder*. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- FOUCAULT, Michel. *A Governabilidade*. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- FERREIRA, Jorge Luiz. **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores: A política cultural do Estado Novo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- _____. **A Invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1995.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era Dos Extremos: O breve século XX**. Trad. Marcos Santarrita. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Editora Zahar, 1982.
- REMOND, René (org). **Por uma História Política**. Trad. Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os Intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1987.

Fontes utilizadas:

CULTURA POLÍTICA – Revista Mensal de Estudos Brasileiros. 1941 – 1945. (Ano I Número 4). Direção de Almir de Andrade. Editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP.

Site consultado:

(www.cpdoc.fgv.br) – Centro de Estudo e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC – FGV – Rio de Janeiro – RJ.